

## PARECER Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a adoção prévia, pelo edital de licitação, de variação de índices de preços como critério de reajuste de valores referentes a despesas estabelecidas nos contratos.*

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS RODRIGUES**

### **I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 480, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias.

O PLS visa a alterar o inciso XI do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para retirar a possibilidade de previsão contratual de reajustes baseados em índices de inflação.

Na justificação, o autor sustenta que o PLS tem por finalidade impedir que os contratos administrativos sirvam de instrumento de indexação, projetando para o futuro a inflação passada, atuando como verdadeiros artifícios de manutenção da chamada inflação inercial.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

### **II – ANÁLISE**



SF/14969.47854-08

Cabe à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PLS, além de se pronunciar sobre o mérito da proposição, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da alínea g do inciso II do mesmo dispositivo.

Quanto à constitucionalidade, não há vícios formais ou materiais. O assunto não se submete à reserva de iniciativa de outros poderes, e o PLS pretende veicular normas gerais, respeitando a competência privativa da União para legislar sobre o tema (Constituição Federal – CF, art. 22, XXVII).

Da mesma forma, a tramitação respeitou as regras regimentais; a norma proposta possui juridicidade; e o Projeto está redigido com respeito à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o PLS é de inegável relevância. Impressiona, aliás, que a norma que se pretende alterar ainda subsista no mundo jurídico, uma vez que completamente ultrapassada.

Com efeito, a previsão de reajustes contratuais com base em índices de inflação remonta aos tempos de alta generalizada e acentuada de preços. Naquele contexto, o reajuste baseado em índices de inflação já era pernicioso, por acentuar a inflação inercial (perpetuar índices passados, projetando-os na inflação futura, num verdadeiro círculo vicioso). Hoje, então, a regra não faz mais sentido algum.

Nesse sentido, Marçal Justen Filho afirma, ao comentar o atual inciso XI do art. 40, que *existia, então, inflação desenfreada, que exigia medidas jurídicas para evitar os enormes problemas gerados. Com a estabilização econômica, a aplicação do inciso XI foi afetada* (**Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, 15ª Ed., p. 643).

Muito mais bem tratada estará a matéria da maneira como propõe o PLS. Não se veda o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos de variação dos custos de produção, ou situações imprevisíveis, mesmo porque esses temas não são objeto do citado inciso



XI do art. 40, mas sim da alínea *d* do inciso III do art. 65 da mesma Lei. O que a proposição faz é retirar a exigência de que o edital submeta os reajustes contratuais a índices de inflação.

Consideramos, porém, que a redação proposta para o dispositivo merece uma pequena alteração, para retirar a referência à “produtividade”. É por demais difícil especificar a variação dos custos de produtividade, o que pode dar ensejo a disputas até judiciais dos contratados em busca de revisões dos valores contratuais. Julgamos mais conveniente apenas retirar a referência aos índices, mas deixar os critérios de reajuste ou revisão contratuais regidos pelos demais dispositivos da Lei de Licitações.

Ademais, deve-se aperfeiçoar a redação da parte final do inciso, para torná-la mais concisa.

### III – VOTO

Por todos esses motivos, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa** do PLS nº 480, de 2011, e, no mérito, por sua **aprovação**, com a seguinte **emenda**:

#### EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao inciso XI do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na forma do art. 1º do PLS nº 480, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 40. ....

.....

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela, vedada a adoção de índices de preços;

..... (NR)”



Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/14969.47854-08